

---

# Algumas considerações sobre cursos superiores de curta duração<sup>1</sup> – seqüencial e graduação tecnológica

ROBERTO M. SANT'ANDRÉ

COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR DE  
FORMAÇÃO DE CUIDADOR DE IDOSOS DA  
FCH/FUMEC, DOUTORANDO EM  
ADMINISTRAÇÃO.

---

## Apresentação

Estas considerações emergem de um sentido de missão, de envolvimento com uma “causa justa” e de uma tentativa de consolidar uma experiência profissional recente, tantas vezes adiada. Buscam, ainda, contribuir para a preservação de avanços educacionais, institucionais e sociais na comunidade local, e tiveram como fato motivador imediato o “Parecer da Comissão de Estudo para a Criação da Unidade Tecnológica da Universidade FUMEC”, pelo qual agradeço aos seus membros.

Espera-se que este documento seja recebido como contribuição ao debate de idéias, próprio do ambiente universitário. Naturalmente, “idéias grávidas”<sup>2</sup>, que possam ensejar “ações pejudadas de ações”.

1. Curso superior seqüencial de formação específica e curso de graduação tecnológica, com duração de 24 a 30 meses e carga horária mínima de 1.600 horas-aula.

2. Machado de Assis, O Cônego ou Metafísica do Estilo, crônica de 1892, site [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

---

## Peculiaridades dos cursos de curta duração

Percebe-se a falta de um debate consistente sobre os cursos superiores de curta duração nas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente na comunidade mineira. Muitas vezes, esse tipo de curso é encarado como simples oportunidade de negócio ou alavanca para promoção profissional na carreira acadêmica, perdendo sua essência de nova modalidade de ensino superior no Brasil.

Os cursos superiores de curta duração surgiram no país por inspiração modernizante do educador Darcy Ribeiro, para preencher uma lacuna no ensino superior. Eles não vieram para substituir os tradicionais cursos de bacharelado, pelo menos aqueles que continuarem atendendo às necessidades da sociedade.

Prado (2003)<sup>3</sup>, referindo-se aos cursos de graduação tecnológica, afirma que a principal diferença entre esses cursos e os tradicionais de bacharelado/licenciatura está “na proposta: formar especialistas, enquanto os demais cursos superiores formam generalistas”. Essa diferença explica, em parte, a resistência da área acadêmica tradicional aos cursos superiores de curta duração. Pelo fato de formarem especialistas, eles têm que estar mais próximos do “mundo do trabalho” (saber fazer), mas não necessariamente distantes do “mundo acadêmico” (saber pensar), pois para saber fazer bem é necessário saber pensar.

Um engano da área educacional tradicional é desvincular a educação superior do mundo do trabalho. Daí serem considerados “acadêmicos” cursos superiores tradicionais (Medicina, Direito, Engenharia), quando na realidade o que eles fazem é preparar para o mundo do trabalho, só que com mais tempo. Esse

3. Fernando Leme Prado, presidente da Associação Nacional de Educação Tecnológica (Anet) e diretor do Centro de Educação Tecnológica Prof. Luiz Rosa, Jundiá – SP, *Novos Cursos Tecnológicos – O Futuro é Agora*, 2003.

tempo mais longo se justifica em todos os casos?

Prado (2003) aponta outras peculiaridades dos cursos superiores de curta duração: o foco, que permite a formação de cidadãos em áreas delimitadas do mercado; a elaboração do curso a partir de demanda explicitada pela sociedade; a agilidade na formação dos profissionais, que deverão ocupar funções emergentes, o que garante a eles boa receptividade no mercado de trabalho.

Moura Castro (2002)<sup>4</sup> argumenta, sobre os cursos superiores de curta duração, que “não se trata de menos anos para velhas ocupações, mas de novas ocupações requerendo menos tempo de estudo”. Afirma ainda que “superior é tudo o que vem depois do ensino médio, incluindo a preparação para muitas ocupações novas ou que se transformaram”, e que os alunos desses cursos buscam novas oportunidades pessoais e profissionais. São aspirações legítimas, que não devem ensejar comportamentos oportunistas de criação de cursos que mais parecem navios fantasmas em busca de um paraíso, representado pelo acesso ao emprego, à carreira e ao mercado de trabalho.

Ennio Candotti<sup>5</sup>, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fez a seguinte afirmação sobre duração de curso superior: “Não faz sentido formar um engenheiro com 4.200 horas no Brasil, sendo que na Europa são 2.400”. Trata-se de um outro problema: formação de profissionais em tempo mais curto para ocupações tradicionais. Na mesma linha, o Ministério da Educação (MEC) teve sua proposta de implantar cursos de Direito com três anos de duração contestada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que levou o caso para o Supremo Tribunal Federal, onde se encontra em análise para julgamento.

Fica evidente que o tempo de duração dos cursos superiores está em debate. Considerando ainda que a maioria dos estudantes do ensino superior no Brasil está em IES privada, perce-

4. Cláudio de Moura Castro, “Por que quatro anos?”, Ponto de Vista, Revista Veja, 21/08/2002, p. 18.

5. Jornal Valor Econômico, Caderno Valor Especial - Universidade e Indústria, 11 a 13/03/2005, p. F1.

be-se que os aspectos econômicos também interferem na situação. Compatibilizar as necessidades financeiras das IES, para manter determinado grau de excelência de ensino, com diminuição do tempo de duração dos cursos e ampliação do ensino superior no país para uma parcela maior da população, muitas vezes de menor renda, é um desafio formidável, que exige estratégias consistentes com alto grau de acerto.

A Associação Nacional de Educação Tecnológica (Anet) estima que somente os cursos de graduação tecnológica serão responsáveis por até 30% das matrículas nas IES até o ano de 2010. Em 2002, esses cursos respondiam por 6% das matrículas, e os seqüenciais de formação específica, por 4%; ou seja, 10% dos estudantes de ensino superior no Brasil estavam matriculados em cursos de curta duração nas IES naquela época (Moura Castro, 2002).

Concretizando-se o prognóstico da Anet e permanecendo a proporção entre os cursos seqüenciais de formação específica e de graduação tecnológica, pode-se deduzir a magnitude do número de matrículas em cursos superiores de curta duração nas IES em 2010. Por exemplo: uma IES com 15 mil alunos matriculados teria 4,5 mil deles em cursos superiores de curta duração. Essa situação não pode ser ignorada, sob pena de ocorrerem sérios prejuízos educacionais, econômicos e financeiros.

A Anet, em pesquisa<sup>6</sup> realizada em 2003, definiu o perfil do estudante de graduação tecnológica como sendo do sexo masculino, com idade entre 23 e 29 anos, solteiro, com renda mensal de R\$ 1.000 a R\$ 3.000, formado em escola pública, atuante no mercado de trabalho, usuário do transporte coletivo, proprietário de computador pessoal e usuário freqüente da Internet.

O resultado dessa pesquisa serviu mais para confundir do que esclarecer os profissionais de educação, que tiveram acesso somente a esses dados. Eles não conseguiram transcender esse perfil e atingir outro patamar de conhecimento, ou seja, o públi-

6. Fernando Leme Prado, presidente da Associação Nacional de Educação Tecnológica – Anet e diretor do Centro de Educação Tecnológica Prof. Luiz Rosa, Jundiá – SP. *Novos Cursos Tecnológicos – O Futuro é Agora*, 2003.

co para os cursos superiores de curta duração existe, está distribuído pela sociedade nas diversas classes sociais, não tem gênero específico ou estado civil predominante, e o encontro desse público se faz através do objeto do curso.

As exigências para tornar um curso superior de curta duração perene (ou um sucesso) são muito grandes, ao contrário do que imagina o senso comum. Se as falhas de um curso de longa duração não ficam evidentes de imediato por uma série de razões (tempo, tradição, costumes), as inadequações de um curso superior de curta duração saltam à vista logo na sua apresentação. Na maioria das vezes, essas limitações barram a viabilização do curso e, se por razões outras ele é implantado, o mercado é inclemente, o destrói inexoravelmente em pouco tempo. Daí a transitoriedade de alguns deles.

A razão para isso é que eles obedecem às regras de mercado de forma imediata, diferentemente dos cursos de bacharelado/licenciatura, que, amparados pela tradição e o costume, têm margem de tempo maior para se acertarem, um tempo que se encurta atualmente com a instauração da concorrência no ensino superior brasileiro.

Em termos operacionais, os cursos superiores de curta duração são de “captação forçada”, ou seja, os alunos não afluem espontaneamente como nos cursos de “captação natural”. A demanda existe, mas o público-alvo se materializa de acordo com o foco do curso. Mas esse público é exigente: quer ser comunicado, conhecer a pertinência do curso, os objetivos gerais e específicos, sua aplicação prática, e ter seus benefícios quantificados. Não é mais como “nos bons tempos”, quando bastava elaborar um curso, definir a(s) classe(s) social(is) a ser(em) atendida(s), calcular o preço das mensalidades, e um enorme contingente de estudantes afluía.

De forma ampla, o maior desafio para viabilizar um curso superior de curta duração é conseguir captar o *Zeitgeist* (espírito

de época) e operar a partir dele. Mais do que captar sentimentos e tendências morais e intelectuais de uma época, é perceber valores e oportunidades predominantes nessa época em determinada sociedade. Esses valores e oportunidades nem sempre são reconhecidos por todos e, quando percebidos por alguns, em grande parte das vezes não se sabe como operacionalizá-los.

A comunicação eletrônica por meio da Internet é uma das tendências marcantes da época atual e um veículo fundamental para divulgar os cursos superiores de curta duração, captar novos alunos e desenvolver o processo de aprendizagem. É um dos lugares onde se encontram o formulador da proposta e seu público-alvo e, posteriormente, onde eles continuam o diálogo<sup>7</sup>. O estudante usa a Internet para obter mais informações sobre o curso e captar sinais sobre a consistência da proposta. O responsável pelo curso aproveita a oportunidade para atingir “as mentes e os corações”.

Os cursos que têm sites que semeiam dúvidas ou são carregados de lugares-comuns, clichês acadêmicos e tópicos irrelevantes denotam pobreza de imaginação e, principalmente, sinalizam ausência de conteúdo na proposta. Naturalmente, o sinal primário de consistência está na apresentação correta das informações (forma e conteúdo). A sinalização tem caráter definidor, é percebida num átimo sem verbalização, quase no nível do inconsciente. Além disso, se não há consistência na apresentação do curso, imagina-se quão maçante será sua dinâmica no dia-a-dia ou sua interação com o mercado de trabalho.

Uma questão de fundo acompanhou a dinâmica dos cursos superiores de curta duração ao longo desses cinco anos: continuar superior seqüencial de formação específica ou se transformar em graduação tecnológica, modalidade que se popularizou a partir de 2003. Graduação tecnológica implica maior carga horária presencial, maiores custos e mensalidades mais ca-

7. Daí a necessidade de os cursos terem Grupo de Discussão Privativo na Internet (*eGroup*), como ferramenta fundamental na fixação e no aprofundamento dos conteúdos estudados.

ras. Porém, entre outras coisas, dá possibilidade ao diplomado (possibilidade de direito, mas não de fato, se se considerarem os cursos oferecidos por universidades federais) de ingressar em cursos de mestrado *stricto sensu*, situação vedada aos formados no curso superior seqüencial de formação específica. Esses podem ingressar na pós-graduação *lato sensu* (especialização), conforme informado no portal do MEC<sup>8</sup>.

Surtiu então a questão: justifica-se aumentar a carga horária de um curso superior de curta duração, onerar seu custo, aumentar suas mensalidades, para torná-lo parecido com os cursos tradicionais de graduação? Não estariam se desvirtuando os propósitos originais – rápido ingresso no mercado de trabalho, em novas ocupações surgidas, ou crescimento profissional em carreiras já estabelecidas, para possibilitar (de direito, mas nem sempre de fato) um atalho para a carreira acadêmica?

E, mais importante: por que graduação tecnológica e não superior seqüencial de formação específica, se ambos servem ao mesmo propósito? Porque é mais fácil comunicar um curso de graduação tecnológica ao mercado, pois se evita criar confusão na mente do estudante com sutilezas acadêmicas, afastam-se preconceitos e aumenta-se o valor percebido do curso. É uma questão basicamente mercadológica, mais do que educacional.

Acredita-se que a possibilidade de fornecer até 20% da carga horária do curso superior na modalidade de educação a distância seja a chave para o dilema. Com isso, juntam-se os pontos fortes de cada modalidade de curso (superior seqüencial de formação específica e graduação tecnológica), dando origem a um Curso de Graduação Tecnológica com carga horária presencial de Curso Superior de Formação Específica. Novamente, a opção por uma modalidade ou outra é mais mercadológica do que educacional.

O entendimento dos papéis desempenhados pelo estudante dentro da IES é outro aspecto que auxilia os educadores na

8. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) “Em abril de 2001 o CNE publicou a Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, que explicita a possibilidade de acesso dos concluintes de cursos seqüenciais aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, ao afirmar no §2º de seu art. 6: “Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são oferecidos para matrícula de **portadores de diploma de curso superior**.” Este entendimento também está ratificado na Portaria MEC n. 4.363, de 29 de dezembro de 2004, que explicita que os egressos de cursos seqüenciais de formação específica podem ter acesso a cursos de pós-graduação *lato sensu*”.

proposição e viabilização de cursos. Parte da comunidade acadêmica se sente desconfortável com a função dual do estudante, de aluno-cliente. A atitude do educador frente a essa situação deve-se assemelhar à atitude dos físicos em relação ao comportamento da luz. Eles construíram duas teorias para explicar esse comportamento, pois a luz ora se comporta como onda (Teoria Ondulatória), ora como partícula (Teoria Corpuscular), dependendo da situação. Os físicos não se escandalizaram com isso ou rejeitaram determinado comportamento da luz, mas, conhecendo o fato, calibraram seus instrumentos e direcionaram suas estratégias de ação para cada situação específica.

O mesmo deveria ser válido para os educadores, que às vezes se constroem em reconhecer os estudantes no papel de clientes. O desafio é saber trabalhar com eles em cada papel e reconhecer as situações em que eles tentam desempenhar o papel errado. Como o processo de adquirir conhecimento é árduo e exige certa dose de abnegação e sofrimento, às vezes o educador se defronta com um estudante que deseja usar da sua condição de cliente para evitar o esforço da aprendizagem. É uma atitude humana, porém inadequada. O educador experiente reconhece o desvio e remete o estudante para o lugar correto.

No processo de aprendizagem o estudante é aluno, com todos os condicionantes que isso representa. Fora desse processo, o estudante é cliente, ou seja, tem o direito de exigir pontualidade do corpo docente, competência dos mestres, biblioteca qualificada, ambiente limpo, espaços de estudo confortáveis, processos administrativos fluidos e livres de erros e, principalmente, que o curso esteja adequado às tendências do mundo e garanta acesso ao mercado de trabalho.

Assim, o responsável pela concepção de determinado curso e conseqüente captação de alunos deve ter em mente que ele está buscando clientes para o seu produto; e o professor desse curso deve ter em mente que ele está ensinando alunos e for-

mando cidadãos. São atividades diferentes, mas não antagônicas, que se completam.

Os cursos superiores de curta duração podem ser também um instrumento valioso de inclusão social no Brasil. Se os estudantes de baixa renda encontram no vestibular barreira para ingressar na universidade pública gratuita, eles, alternativamente, podem alcançar o ensino superior e, por conseqüência, o mercado de trabalho, através dos cursos superiores de curta duração das IES privadas.

Daí pensar esses cursos como de “segunda categoria”, direcionados para “pessoas de baixa renda” e de “pouca capacidade intelectual” desmerece a capacidade do educador brasileiro. Novamente o desafio: como oferecer curso superior de curta duração perene, com excelente qualidade de ensino, que contemple alunos de baixa renda, e não somente eles, sem subsidiar o ensino ou inviabilizar o processo educacional?

---

## Categorias de cursos superiores de curta duração

No início desta década, surgiu o primeiro curso superior de curta duração<sup>9</sup> na Grande Belo Horizonte, oferecido por um centro universitário, em parceria com o Sebrae-MG. Desde então foram cinco anos de avanços e retrocessos.

Numa primeira análise da oferta pelas IES de cursos superiores de curta duração na Grande Belo Horizonte, nos últimos cinco anos, procurando identificar o escopo desses cursos, a quantidade oferecida e viabilizada e o número de turmas formadas ao longo do tempo nos cursos viabilizados, percebe-se a existência de três categorias distintas: **curso inviável, curso efêmero e curso feito para durar**<sup>10</sup>.

9. Curso Superior Sequencial de Formação Específica em Gestão de Empreendimento “PontoCom”.

10. Analogia com o título do livro “**Feitas para Durar: Práticas Bem-Sucedidas de Empresas Visionárias**”, de Jim Collins e Jerry I. Porras, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.

## Curso inviável

É o curso sem sintonia com o *Zeitgeist*, sem a mínima aderência às necessidades da sociedade ou demanda do mercado. Algumas vezes, compõe-se de meras disciplinas de um curso de bacharelado que almeja uma posição autônoma. Não tem identidade própria e é proposto mais para gozo pessoal ou como fruto do delírio de seu propositor. Segue a máxima “se colar, colou”, mas nunca “cola”.

Nesse tipo de curso predomina o inadequado, porque não tem razão para existir. Há casos até de o nome do curso agredir o idioma. Ele é mal definido, tem matriz curricular improvisada, não tem público-alvo, a comunicação com a comunidade é deficiente, e a coordenação, se existe, é ineficaz. Presta um mau serviço à educação superior, pois banaliza essa modalidade de ensino.

Os cursos inviáveis significam prejuízo financeiro e dano à imagem das IES. Devem ser coibidos no nascedouro por uma estrutura inteligente de aprovação de novos cursos.

## Curso efêmero

É o curso mal concebido e/ou mal operacionalizado, mas que atende parcialmente às necessidades da sociedade ou demandas do mercado. Algumas vezes, trata de temas corriqueiros, de conhecimento geral, sem tecnologia agregada que o possa diferenciar. Daí esse curso, na maioria das vezes, sofrer concorrência. Outras vezes é tão específico que não existe demanda mínima que possa viabilizá-lo ou perenizar suas atividades.

Ele é mal definido e, portanto, mal comunicado ao mercado, e visa um público-alvo difuso. É responsável por alimentar o mito de que “os cursos de curta duração são transitórios”, pois atende a uma moda passageira. Baseia-se numa visão equivocada da realidade, e sua matriz curricular se organiza como uma col-

cha de retalhos, inclusive com várias disciplinas “tapa-buracos”, desvinculadas do objetivo real do curso e cuja função é completar carga horária e suprir lacunas de conhecimentos de seus formuladores sobre o mercado, a ocupação, a tecnologia e/ou o negócio.

Um curso efêmero, quando tem pelo menos uma turma viabilizada, é liquidado pela dinâmica do dia-a-dia devido à ausência de consistência intrínseca e/ou competência na condução. Esse curso capta o *Zeitgeist*, mas o operacionaliza mal. Presta um mau serviço à educação, sendo responsável por alimentar outro mito: “os cursos de curta duração têm muita evasão e inadimplência”. Trata-se de movimentos naturais de “clientes” que se sentiram lubrificados.

As IES sofrem prejuízos maiores com os cursos efêmeros do que com os cursos inviáveis, pois eles criam um passivo financeiro, em termos de turmas deficitárias, que tem que ser honrado pela instituição, sob pena de denegrir sua imagem. Além disso, geram insatisfação entre os estudantes que embarcam nessa categoria de curso e se descobrem num navio fantasma, sem metas reais ou significados. Ensejam a criação de um ambiente ruim dentro da instituição, com “clientes” insatisfeitos, reclamando e dando más referências ao mercado.

Os cursos efêmeros são responsáveis por gerar mais um mito: o de que “os cursos superiores de curta duração são de segunda categoria”. Há um nítido deslocamento da responsabilidade pelo fracasso do curso: dos propositores para a modalidade de ensino.

## Curso feito para durar

Esse curso é a razão de ser da implantação dessa nova modalidade de educação superior no Brasil. Capta o *Zeitgeist* e o operacionaliza corretamente. Atende a uma necessidade real da

sociedade, é concebido diante de uma demanda aferida no mercado e geralmente cria uma ocupação ou suporta uma nova função emergente na sociedade. Agrega tecnologia no seu escopo, o que dificulta o surgimento de concorrência no mercado. Tem foco de mercado e público-alvo definido. Sua matriz curricular é estabelecida de forma harmoniosa, buscando torná-lo atrativo. É elaborada por pessoa ou grupo de pessoas com sólida experiência acadêmica e conhecimento genuíno do campo do saber, da tecnologia, do mercado, da ocupação e do negócio.

O conhecimento é apresentado e praticado ao longo do processo de aprendizagem, são postos desafios aos alunos, e, principalmente, cada disciplina tem identidade própria, visando à retenção dos alunos e à manutenção da satisfação. Tem-se aqui um fato que auxilia na busca do equilíbrio financeiro dos cursos com alunos de diversos poderes aquisitivos, ou seja, a maioria das disciplinas é passível de ser oferecida no mercado na forma de **disciplina isolada**.

Com isso responde-se a parte do desafio de oferecer curso superior de curta duração perene, com excelente qualidade de ensino, que contemple alunos de baixa renda, e não somente eles, sem subsidiar o ensino ou inviabilizar o processo educacional. O oferecimento de matrículas em disciplinas isoladas garante flexibilidade no valor das mensalidades, massa crítica de alunos dentro de sala de aula ao longo do curso, favorece o fluxo de caixa, auxilia na captação de novos alunos, traz para a IES estudantes temporários e mantém alto o moral do grupo.

A matriz curricular do curso feito para durar contempla também outros conhecimentos úteis (uso da informática, por exemplo) e vivências de processos psicológicos (dinâmicas de grupo, entre outros), tornando a aprendizagem produtiva e instigante. Outra característica importante do curso feito para durar é o perfil do coordenador. Esse educador tem que aliar

conhecimento acadêmico com vivência de mercado; caso contrário, a dinâmica do curso fica prejudicada.

---

## Breve retrospecto histórico – período 2001 a 2005

O primeiro curso superior de curta duração que surgiu em Minas Gerais foi oferecido no turno da noite, por uma IES, em parceria com o Sebrae-MG, a partir do primeiro semestre de 2001. Apesar do nome pouco convencional em termos educacionais, trazia a marca da inovação: agilidade na formação profissional superior e pioneirismo no mercado. Formaram-se apenas duas turmas desse curso, que se caracterizou pela efemeridade. Trazia no nome a marca de seu insucesso. Era um curso que aproveitava a “bolha da Internet”, movimento especulativo originado principalmente na Bolsa de Valores de Nova York, fundado na crença inicial de que a *Web* poderia abrigar um incontável número de novos negócios, e envolvia o lançamento de ações de empresas de negócios eletrônicos, as ditas “PontoCom”.

Já no segundo semestre de 2001, foi implantado simultaneamente em duas IES, no turno da noite, o Curso Superior Seqüencial de Gestão de Negócios em Telecomunicações (GNT), baseado na demanda explicitada pelas empresas operadoras de telecomunicações e pelos grandes usuários desses serviços na Grande BH. Vinha na esteira da privatização do setor de telecomunicações brasileiro.

Em pouco tempo, esse curso canibalizou, na sua IES de origem, o curso de “Gestão de Empreendimento PontoCom”, ajudado pelo estouro da “bolha da Internet”. Por outro lado, a viabilização do GNT sofreu resistências na outra IES, sendo possível sua implantação pela ação decisiva da direção da faculda-

de responsável. Nessa época, em decorrência da privatização do Sistema Telebrás e da instauração da concorrência na prestação de serviços, telecomunicações haviam deixado de ser um problema de engenharia para se transformar num desafio de gestão.

Foi possível formar duas turmas completas do GNT, sem grandes esforços, por dois semestres seguidos, em ambos os centros universitários. A demanda era muito elevada, e as turmas eram viabilizadas através de “captação natural”, ou seja, bastava publicar o edital do curso, e os alunos afluíam espontaneamente. O problema surgiu na formação da terceira turma, no segundo semestre de 2002. O curso explicitou sua verdadeira natureza de “captação forçada”, e a IES não estava pronta para reconhecer e operar nessa nova situação. No processo de captação forçada é necessário criar a demanda para o curso, com todas as suas implicações.

Mediante alteração do processo de captação de alunos foi possível formar mais cinco turmas seguidas do GNT, até a captação de novos alunos ser interrompida na 7ª turma, no segundo semestre de 2004, por motivos outros.

No primeiro semestre de 2002, uma terceira IES passou a oferecer um curso superior de curta duração, aproveitando o movimento de *software* livre, só que desta vez no turno da tarde. Foi um desafio viabilizar uma turma de curso superior de curta duração nesse turno, visto que o perfil do público-alvo indicava o período noturno como o mais adequado. Atualmente esse curso está na 9ª turma e continua apresentando demanda, podendo ser caracterizado como feito para durar.

No segundo semestre de 2002, em vista da viabilização do curso superior de curta duração no turno da tarde, apareceu nessa IES o fenômeno conhecido como **banalização do curso superior de curta duração**. Foram lançados 17 cursos, em 23 turmas (manhã e noite), contemplando diversos temas, alguns

extremamente inusitados. A maior parte da oferta era composta de  **cursos inviáveis**, alguns tinham características de  **efêmeros**, e poucos eram  **feitos para durar**. Formaram-se seis turmas para quatro cursos, apenas dois deles com todas as vagas preenchidas.

Entre esses cursos estava aquele que aproveitava o movimento em direção ao  *software livre*. Se por um lado a “banalização do curso superior de curta duração” dificultou a captação de novos alunos, por outro lado a mudança para o turno da noite facilitou o processo. Nessa mesma época, outras IES lançaram cursos superiores de curta duração de forma mais comedida, com relativo sucesso.

No primeiro semestre de 2003, os cursos superiores de curta duração de graduação tecnológica começaram a ser oferecidos. A “ **banalização do curso superior de curta duração**” atingiu outra IES nessa época, só que desta vez o objeto eram os cursos de graduação tecnológica. Coincidência ou não, foram oferecidos 17 cursos, sendo que apenas três deles tinham o perfil de feitos para durar, dois eram efêmeros, e os demais, inviáveis. Apenas três cursos tiveram turmas viabilizadas, sendo que um deles tinha o perfil de efêmero.

Atualmente a situação passa por uma calmaria. Existem poucos cursos superiores de curta duração oferecidos. A situação no início de 2006 mostra uma inflexão na curva de crescimento do curso superior de curta duração na Grande BH. A flexibilidade para criar esse tipo de curso levou à sua banalização, e a demanda refluíu, esperando a situação se depurar. Enquanto isso, algumas IES fazem diagnósticos tentando entender o que se passa, outras mantêm suas posições, outras amortizam os prejuízos decorrentes da viabilização de cursos efêmeros a qualquer custo. O mercado, mesmo sem verbalizar a situação, aguarda o próximo movimento das IES. Enquanto isso, continua crescendo a demanda para os cursos feitos para durar e existindo

mercado sem concorrência para aqueles dessa categoria que estão ativos.

---

## Mitos e fatos sobre os cursos superiores de curta duração

É verdade o que se diz sobre os cursos de curta duração? O que é mito e o que é fato? Ainda hoje são produzidas conclusões completamente disparatadas sobre a realidade dos cursos superiores de curta duração. Nessa época de concorrência acirrada no ensino superior, as IES privadas devem agir da forma mais acertada possível. Se a realidade que elas vêem se apóia num conhecimento desarrazoado, está configurado um sério problema. Se essa visão da realidade não for revista a tempo, pode haver grande perda no futuro, caso as previsões sobre o crescimento do número de matrículas nas IES, em cursos superiores de curta duração, se materializarem até 2010. Urge restabelecer a sintonia com a realidade, para poder moldar o futuro em que se deseja atuar.

Os erros de visão da realidade estão ligados a vários mitos, presentes nas mentes e nas falas dos educadores. O primeiro mito é o de que “curso superior de curta duração é de segunda categoria”. Nada mais falso e paradoxal. É falso porque não é da essência desses cursos serem ruins; sua essência é preparar profissionais para “novas ocupações, requerendo menos tempo de estudo”.

Se tempo de duração de curso fosse critério de classificação, somente o de Medicina, com seus sete anos de preparação, seria de “primeira categoria”. É paradoxal, porque se uma IES oferece ensino de qualidade, espera-se que todos os seus cursos tenham qualidade. O fato é que os cursos superiores de curta

duração têm sido formulados de forma “apressada”, por profissionais despreparados, aproveitando a flexibilidade para sua criação.

A categoria do curso reflete a categoria do(s) formulador(es). O curso é apenas um espelho, para ficarmos numa metáfora psicológica. A solução para esse problema é adotar o mesmo critério para implantação de curso de bacharelado para o curso superior de curta duração. Não consta que uma IES tenha lançado 17 cursos de bacharelado em um semestre sem obter êxito em nenhum. Repetido o processo no semestre seguinte, lançando outros 10 cursos diferentes. Novamente sem êxito. E, ao final, o “educador” justifique dizendo “fizemos uma grande pesquisa de mercado”.

O segundo mito aponta para o estudante: os cursos superiores de curta duração são freqüentados por “alunos de baixa capacidade intelectual”. A gênese desse mito pode estar ligada à tradição de exame vestibular para ingresso no ensino superior. Como esse tipo de curso tem processo seletivo diferenciado, passa uma imagem de pouca valia. Ou, indo mais longe, dois séculos atrás, quando “na área educacional persistia a separação entre trabalho e educação, devido talvez à divisão em duas classes, senhor de um lado e escravos de outro, à primeira classe reservando-se o ensino das Humanidades (saber pensar), e à segunda classe o treinamento nas “artes e ofícios” (saber fazer), como mero adestramento” (PRADO, 2003).

O fato é que a capacidade intelectual dos alunos de um curso está ligada ao poder de atração que esse curso exerça sobre os bons candidatos, em número suficiente e acima do número de vagas oferecidas, possibilitando um processo seletivo apurado. Ela não depende do tempo de duração do curso, mas da relação entre oferta de vagas e demanda de bons candidatos. Por ser uma nova modalidade de ensino, o curso superior de curta duração tem o desafio de criar sua demanda, buscando que ela

exceda a sua oferta de vagas.

Outro fato é que esses cursos atendem a um público interessado numa profissionalização rápida, pois muitas vezes já está no mercado de trabalho, que coloca em cheque conteúdos programáticos desvinculados da realidade. Cria-se um choque entre aluno e professor estritamente acadêmico, com esse último servindo como fomentador do mito.

A situação conduz ao fato de que o aluno é o desafio do professor e de que a métrica para aferir o desempenho acadêmico de ambos não está ligada ao tempo de duração do curso, mas a padrões pedagógicos e metodológicos. Além disso, independente da forma de ingresso nos cursos da IES; os requisitos de aprendizagem para obter o diploma devem ser os mesmos para todos os cursos oferecidos. A extensão da porta de entrada para o curso depende da relação entre a quantidade de candidatos e o número de vagas disponíveis. No entanto, a porta de saída tem que ter a mesma largura para todos os cursos, independentemente do tempo de duração, pois ela é uma das métricas que definem a IES.

O terceiro mito é o de que “o preço da mensalidade do curso superior de curta duração deve ser baixo”, pois os alunos são de classes sociais de menor poder aquisitivo (C e D). Mito e preconceito. O preço da mensalidade deve ser justo, ou seja, cobrir as despesas da IES e possibilitar o crescimento da instituição. Além disso, não é recomendável que um curso subsidie outro. Por outro lado, a IES deve manter seus custos operacionais controlados, para não onerar desnecessariamente as mensalidades dos alunos.

O fato é que existe público com poder aquisitivo suficiente para pagar o preço justo por um curso feito para durar. Mas não existe público suficiente para pagar mensalidades de cursos efêmeros ou inviáveis. Baixar preço de mensalidade para atrair público para curso efêmero é aumentar o tamanho de um problema que não

devia existir.

Se o curso é feito para durar, o aluno de menor poder aquisitivo poderá cursá-lo via “disciplinas isoladas” (matrícula por disciplina), num tempo definido por ele de acordo com seu orçamento, pagando mensalidades que variam de R\$ 45,00 (uma disciplina de 64 horas) a R\$ 433,00 (mensalidade do curso superior de curta duração mais caro, atualmente). Essa solução exige a opção de matrícula por disciplina na IES e somente é válida para cursos feitos para durar.

O quarto mito é o de que “os professores dos cursos superiores de curta duração devem ter remuneração menor”, para diminuir os custos do curso e baratear a mensalidade. Além de suscitar constrangimentos de ordem legal, isso só alimenta um círculo vicioso: remuneração baixa, professor incompetente, baixa auto-estima dos alunos e professores, curso ruim, aluno insatisfeito, inadimplência, evasões, problemas, curso descontinuado e surgimento de idéias desarrazoadas. Outro ponto a ser considerado é desconhecer o professor como “fator crítico de sucesso”<sup>11</sup> de qualquer curso. Tornar esse mito um fato permite apenas dar sobrevida a cursos efêmeros.

Para ilustrar a situação, basta citar os resultados das avaliações institucionais realizadas numa IES, nos anos de 2003 e 2004, no tocante aos professores. No primeiro processo, o professor(a) mais bem avaliado pelos alunos na IES era exclusivo de um curso superior seqüencial de formação específica. No segundo processo, repetiu-se o resultado com outro professor(a) exclusivo do mesmo curso. Independentemente de qualquer nuance, professor(a) bem avaliado indica que os alunos estão satisfeitos, e essa satisfação tende a se propagar para o curso e para a universidade. O fato é que professor(a) bem avaliado é sinal de profissional motivado e com auto-estima elevada. Salário diferenciado para baixo não leva a isso.

O quinto mito é o de que “o curso superior de curta duração

11. Em todo projeto existem alguns poucos fatores que são responsáveis pelo sucesso ou insucesso do empreendimento.

é transitório”. Segue uma moda. A efemeridade de tais cursos pode ser um fato, assim como de um curso de bacharelado mal formulado. Os cursos feitos para durar, com dois anos de duração, têm a mesma perenidade de qualquer curso de bacharelado.

O fato é que, se um curso efêmero consegue viabilizar alguma turma, muitas vezes por conta e risco do administrador, isso não o livra da transitoriedade. Se o estudante se enganar e ingressar num curso dessa natureza, a dinâmica acadêmica do dia-a-dia se encarregará de liquidar o processo. Deve-se lembrar que o objeto de um curso efêmero tem aderência às necessidades da sociedade, mas é mal formulado e conduzido sem sintonia com o mercado empresarial. Da mesma forma que alunos satisfeitos fazem divulgação positiva do curso, alunos de cursos efêmeros denigrem a imagem do curso, da IES, e concorrem para destruí-los.

O sexto mito é o da “alta taxa de inadimplência e evasão de alunos”. A rigor não deveria acontecer isso, pois num curso de menor duração o aluno teria menos estímulo para sair ou deixar de pagar. Esse mito é consequência de outros fatores, principalmente má formulação do curso, condução inoperante no dia-a-dia e falta de objetividade na proposta educacional. Um curso efêmero pode ser comparado a um filme ruim, a uma partida de futebol maçante, a uma peça de teatro mal representada; todo mundo foge disso, se possível sem pagar.

Não é mito, mas fato, que parte da comunidade acadêmica ainda não assimilou totalmente a proposta dos cursos superiores de curta duração, muitas vezes considerados “aligeirados”, “diminuídos” e formadores de “profissionais intermediários”<sup>12</sup>. Há um desconhecimento do potencial que essa nova modalidade de ensino representa em termos políticos, na expansão da cidadania, sociais, no redirecionamento de carreiras profissionais, psicológicos, na formulação de novos significados de vida, e

12. Fernando Leme do Prado, presidente da Associação Nacional da Educação Tecnológica – Anet e diretor do Centro de Educação Tecnológica Prof. Luiz Rosa, Jundiaí – SP, 2003.

econômicos, na criação de riquezas na sociedade.

Talvez essa visão não tenha sido passada corretamente para a comunidade ou ela tenha percebido apenas os desacertos cometidos. Uma coisa é certa: nem bem o curso superior de curta duração foi assimilado, a educação a distância já bate à porta. A junção dessas duas modalidades de ensino terá enorme poder de transformação na educação superior, com a vantagem de o processo a distância atenuar os prejuízos de cursos equivocados.

---

## Considerações finais

O curso superior de curta duração é mais uma opção de educação superior no Brasil, similar às demais opções existentes. Tem sua razão de existir e não deve ser ignorado ou banalizado, com o risco de a IES vir a perder posições conquistadas na comunidade e incorrer em prejuízos a médio e longo prazo.

As condições operacionais para esses cursos terem sucesso, ou se perenizarem, incluem um nome adequado e consoante as necessidades da sociedade; diferenciação e agregação de tecnologia inovadora no conteúdo; foco bem definido em área delimitada do mercado; público-alvo conhecido e nunca difuso; ementa bem elaborada contendo disciplinas básicas, que possam ser oferecidas na modalidade “disciplinas isoladas”, e disciplinas complementares, que aumentam o interesse pelo curso e auxiliam na retenção de alunos; coordenação acadêmica com vivência de mercado e penetração na “rede de negócio” que envolve o objeto do curso; e conhecimento da concorrência direta, se houver.

Algumas IES estudam a criação de uma “unidade independente”, para separar os cursos superiores de curta duração

(*apartheid*) dos demais cursos universitários. É uma ação que se justifica pelo exercício salutar de pesquisar continuamente novos caminhos, mesmo que eventualmente eles não sejam trilhados. Acredita-se que ação dessa natureza apenas reforça a visão equivocada sobre o curso superior de curta duração. Apartá-lo (*apartheid*) da sua faculdade de origem ocasiona perda no compartilhamento do saber, na atratividade exercida sobre os estudantes para frequentarem um *campus* universitário, e reforça os mitos citados. Guiar-se por esses mitos é pavimentar o caminho do insucesso, que, similar ao do sucesso, exige construção ativa. Sucesso e insucesso não acontecem por acaso, são construídos; do contrário, decorreriam de azar ou sorte.

Outro aspecto que resvala nos cursos superiores de curta duração é eles concorrem para solucionar um problema relevante da sociedade brasileira: a inclusão social das classes menos favorecidas. A classe média brasileira vem utilizando a educação superior como forma de acesso ao mercado de trabalho. Essa opção agora pode ser estendida para as classes sociais de renda mais baixa.

Se os estudantes de baixa renda encontram no vestibular barreira para ingressar na universidade pública gratuita, eles podem alcançar o ensino superior e, por conseqüência, o mercado de trabalho através dos cursos superiores de curta duração das IES privadas. É uma alternativa relevante para a sociedade brasileira, que poderá ser viabilizada com ações criativas e dentro da lógica do mercado, prescindindo de preconceitos e filantropias enviesadas.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CURSOS SUPERIORES DE CURTA DURAÇÃO – SEQÜENCIAL E GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**

*Estas considerações buscam contribuir para o debate sobre os cursos superiores de curta duração; explicitar conceitos; relatar situações recentes sobre o tema que possam ajudar na compreensão do quadro vigente; apresentar mitos e fatos que envolvem esses cursos, para ir além dos mitos e tentar construir um conhecimento mais consistente; e fornecer subsídios para a tomada de decisões sobre o assunto.*

**Palavras-chave:** *instituição de ensino superior; curso seqüencial; graduação tecnológica; educação universitária; qualidade no ensino.*

---

## Resumo

## **SOME CONSIDERATIONS ON SHORT DURATION GRADUATION COURSES – SEQUENTIAL AND TECHNOLOGICAL GRADUATION**

*These considerations are made towards contributing with the debate about short duration graduation courses, thus clarifying concepts and reporting on recent situations linked to the theme, which in turn might help understanding the current scenario by presenting myths and facts that involve such courses, not only to go beyond the myths and try to build a more consistent knowledge but also to provide inputs for decision-making on this matter.*

**Key words:** *higher education institution; sequential course; technological graduation; university education; teaching quality.*

---

## Abstract

---

## Résumé

### QUELQUES CONSIDÉRATIONS SUR LES CURSUS À COURTE DURÉE – SÉQUENTIEL ET TECHNOLOGIQUE

*Les considérations de cet article cherchent à contribuer au débat sur les cursus à courte durée, à expliciter certains concepts et à rapporter des situations récentes sur le sujet qui puissent aider à la compréhension de la situation actuelle ; on cherche également à présenter des mythes et des faits concernant lesdits cursus pour pouvoir aller au-delà des mythes en essayant ainsi de construire un savoir plus consistant et fournir des éléments pour une prise de décision sur la question.*

**Mots-clés:** *institution d'enseignement supérieur; cursus séquentiel; cursus technologique; éducation universitaire; qualité de l'enseignement.*